BANCO DE LA PROVINCIA DE BUENOS AIRES

SUCURSAL SÃO PAULO - CNPJ 44.189.447/0001-26 - Rua Líbero Badaró, 425 - 26º Andar - Centro - CEP 01009-905 - São Paulo - SP - PABX (0XX11) 3188-4777

Demonstrações Financeiras

Balanço Patrimonial em 31 de Dezembro (Em milhares de reais)

ATIVO	2017	2016
Circulante	**140.809**	**127.628**
Disponibilidades	638	818
Aplicações interfinanceiras de liquidez (Nota 4(a))	35.307	42.952
Aplicações em operações compromissadas	35.307	29.805
Aplicações em moeda estrangeira	-	13.147
Títulos e valores mobiliários (Nota 5(a))	67.055	1.571
Carteira própria	37.065	1.571
Vinculados a prestação de garantias (Nota 6(c))	29.990	-
Vinculados à aquisição de ações de empresas estatais	54	54
Provisão para desvalorização de títulos	(54)	(54)
Operações de crédito (Nota 7)	3.790	6.525
Empréstimos e títulos descontados	3.809	6.765
Provisão para crédito em liquidação duvidosa (Nota 7(d))	(19)	(240)
Outros créditos	33.903	75.729
Carteira de câmbio (Nota 8(a))	43.821	85.625
Negociação e intermediação de valores (Nota 6(b))	-	64
Diversos (Nota 8(b))	732	317
Provisão para outros créditos em liquidação duvidosa (Nota 7(d))	(10.650)	(10.277)
Outros valores e bens	116	33
Despesas antecipadas	116	33
Realizável a longo prazo	**-**	**59.227**
Títulos e valores mobiliários (Nota 5(a))	-	59.227
Carteira própria	-	44.197
Vinculados a prestação de garantias	-	15.030
Permanente	**152**	**190**
Investimentos	-	8
Imobilizado de uso	143	170
Imóveis de uso	871	871
Outras imobilizações de uso	885	883
Depreciações acumuladas	(1.613)	(1.584)
Intangíveis	9	12
Ativos intangíveis	258	258
Amortização acumulada	(249)	(246)
Total do ativo	**140.961**	**187.045**

PASSIVO	2017	2016
Circulante	**38.525**	**86.106**
Relações interfinanceiras e interdependências	521	659
Ordens de pagamento	521	659
Obrigações por empréstimos e repasses (Nota 9(a))	-	66.245
Empréstimos no exterior	-	66.245
Outras obrigações	38.004	19.202
Carteira de câmbio (Nota 11(a))	36.382	18.262
Fiscais e previdenciárias (Nota 11(b))	789	159
Provisão para pagamentos a efetuar (Nota 11 (c))	534	660
Provisão de passivos contingentes (Nota 10 (b))	299	121
Patrimônio Líquido (Nota 12)	**102.436**	**100.939**
Capital		
De domiciliados no exterior	108.594	108.594
Reservas de capital	109	109
Lucros/Prejuízos acumulados	(6.267)	(7.764)
Total do passivo e patrimônio líquido	**140.961**	**187.045**

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstração do Resultado (Em milhares de reais)

	Semestre findo em 31 de dezembro 2017	Exercícios findos em 31 de dezembro 2017	2016
Receitas de intermediação financeira	4.990	13.130	29.811
Operações de crédito	230	628	4.909
Resultado de títulos e valores mobiliários (Nota 5(b))	4.429	9.922	16.142
Resultado de operações de câmbio	331	2.580	8.760
Despesas da intermediação financeira	(1.065)	(2.787)	(33.234)
Captações no mercado	(5)	(17)	(91)
Empréstimos e repasses (Nota 9(b))	(743)	(2.564)	(3.704)
Resultado com instrumentos financeiros e derivativos (nota 6(d))	50	(54)	(18.909)
Provisões para créditos de liquidação duvidosa (Nota 7(d))	(367)	(152)	(10.530)
Resultado bruto da intermediação financeira	3.925	10.343	(3.423)
Outras receitas/despesas operacionais	(3.971)	(8.002)	(8.527)
Receitas de prestação de serviços	-	1	2
Despesas de pessoal (Nota 13)	(2.139)	(4.253)	(4.408)
Outras despesas administrativas (Nota 14)	(1.705)	(3.298)	(3.248)
Despesas tributárias	(255)	(592)	(765)
Outras receitas e despesas operacionais (Nota 15)	128	140	(108)
Resultado operacional	(46)	2.341	(11.950)
Resultado não operacional	(8)	(8)	-
Resultado antes da tributação sobre lucro e participações	(54)	2.333	(11.950)
Imposto de renda e contribuição social (Nota 17)	8	(655)	-
Participação nos lucros	(181)	(181)	-
Lucro/ (prejuízo) líquido	(227)	1.497	(11.950)

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstração dos Fluxos de Caixa (Em milhares de reais)

	2º Semestre/2017	31/12/2017	31/12/2016
Lucro/(Prejuízo) líquido ajustado	**164**	**1.689**	**(1.363)**
Lucro/(Prejuízo) líquido	(227)	1.497	(11.950)
Ajustes ao lucro líquido			
Provisão para perdas ações e cotas	8	8	-
Depreciações e amortizações	16	32	57
Provisão para créditos em liquidação duvidosa	367	152	10.530
Variações de ativos e passivos	**2.207**	**4.389**	**(12.753)**
Variação de aplicações interfinanceiras de liquidez	5.779	7.645	8.574
Variação de relações interfinanceiras	(2.182)	(138)	(2.340)
Variação de operações de crédito	(2.071)	2.956	22.028
Variação de carteira de câmbio	59.885	59.924	(15.788)
Variação de outros créditos	(216)	(352)	2.356
Variação de outros valores e bens	(79)	(83)	4
Variação de depósitos	-	-	(2)
Variação de outras obrigações	187	682	(4.408)
Variação obrigações compromissadas	(196)	-	-
Variação de empréstimos	(58.900)	(66.245)	(23.177)
Atividades operacionais - caixa líquido proveniente (aplicado)	**2.371**	**6.078**	**(14.116)**
Recursos de resgate de títulos e valores mobiliários mantidos até o vencimento	-	1.605	33.828
Aquisição de títulos e valores mobiliários mantidos até o vencimento	-	(1.818)	-
Rendas de títulos e valores mobiliários mantidos até o vencimento	(2.628)	(6.044)	(10.418)
Aquisição de imobilizado	(7)	(8)	(32)
Baixa de ativo permanente	-	7	16
Atividades de investimentos - caixa líquido proveniente (aplicado)	**(2.635)**	**(6.258)**	**23.394**
Atividades de financiamento - caixa líquido (aplicado)	**-**	**-**	**(15.809)**
Dividendos e juros sobre capital próprio	-	-	(15.809)
Aumento (redução) no caixa e equivalentes de caixa	**(264)**	**(180)**	**(6.531)**
Caixa e equivalentes de caixa no início do período/exercício	**902**	**1.720**	**7.349**
Caixa e equivalentes de caixa no final do período/exercício	**638**	**1.540**	**818**
Aumento no caixa e equivalentes de caixa	**(264)**	**(180)**	**(6.531)**

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido (Em milhares de reais)

	Capital realizado	Reserva de capital	Reserva de Lucros: Reserva legal	Reserva de Lucros: Retenção de lucros	Lucros/Prejuízos acumulados	Totais
Saldos em 31 de dezembro de 2015	108.594	109	4.186	9.834	-	122.723
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	(11.950)	(11.950)
Absorção de prejuízo	-	-	(4.186)	-	4.186	-
Dividendos e JCP (Nota 12 (b))	-	-	-	(9.834)	-	(9.834)
Saldos em 31 de dezembro de 2016	108.594	109	-	-	(7.764)	100.939
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	1.497	1.497
Saldos em 31 de dezembro de 2017	108.594	109	-	-	(6.267)	102.436
Saldos em 30 de junho de 2017	108.594	109	-	-	(6.040)	102.663
Prejuízo líquido do semestre	-	-	-	-	(227)	(227)
Saldos em 31 de dezembro de 2017	108.594	109	-	-	(6.267)	102.436

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Financeiras em 31 de Dezembro de 2017 (Em milhares de reais)

1. Contexto operacional: O Banco de la Provincia de Buenos Aires - Sucursal São Paulo ("Banco" ou "Instituição") tem como objetivo a prática de operações e serviços permitidos aos bancos comerciais, de acordo com as disposições legais e normas do Banco Central do Brasil (BACEN), notadamente operações de fomento ao comércio exterior. As demonstrações financeiras elaboradas para o exercício findo em 31 de dezembro de 2017 foram aprovadas pela Diretoria em 16 de março de 2018. No 2º semestre de 2017, foi deliberada a decisão pela diretoria da Matriz do Banco de la Província de Buenos Aires, sediado na Argentina, em descontinuar as atividades bancárias do Banco na Sucursal São Paulo, Brasil, conforme Resolução nº 1318/17 de 26 de outubro de 2017. A documentação formal referente ao encerramento das atividades e a proposta de alteração da natureza jurídica da Sucursal São Paulo em escritório de representação foi encaminhada ao Banco Central do Brasil para sua homologação no dia 13 de março de 2018. Esse processo de alteração da natureza jurídica envolverá a liquidação dos ativos e passivos de forma gradual e posterior encerramento das atividades bancárias no Brasil.

2. Apresentação das demonstrações financeiras: As demonstrações financeiras foram elaboradas a partir das práticas contábeis emanadas da Lei das Sociedades por Ações - Lei nº 6.404/76 e alterações introduzidas pela Lei nºs 11.638/07 e 11.941/09 para a contabilização das operações associadas, quando aplicável, normas do Conselho Monetário Nacional (CMN) e demais normas do Banco Central do Brasil (BACEN), consubstanciadas no Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro (COSIF). As demonstrações financeiras incluem, quando aplicável, estimativas e premissas contábeis no que se refere a constituição de provisões. Os resultados efetivos podem ser diferentes daquelas estimativas e premissas. Em aderência ao processo de convergência com as normas internacionais de contabilidade, algumas normas e suas interpretações foram emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), as quais serão aplicáveis às instituições financeiras somente quando aprovadas pelo BACEN. Os pronunciamentos contábeis já aprovados pelo BACEN são: • Resolução nº 3.566/08 - Redução ao Valor Recuperável de Ativos; • Resolução nº 3.604/08 - Demonstração do Fluxo de Caixa; • Resolução nº 3.750/09 - Divulgação sobre Partes Relacionadas; • Resolução nº 3.823/09 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes; • Resolução nº 3.973/11 - Eventos Subsequentes; • Resolução nº 3.989/11 - Pagamento Baseado em Ações; • Resolução n.º 4.007/11 - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro; • Resolução nº 4.144/12 - Estrutura Conceitual para Elaboração e Divulgação de Relatório Contábil-Financeiro; e • Resolução nº 4.424/15 - Benefícios a Empregados. Atualmente, não é possível estimar quando o BACEN irá aprovar os demais pronunciamentos contábeis do CPC e, nem tampouco, se a utilização dos mesmos será de forma prospectiva ou retrospectiva. Com isso, ainda não é possível estimar os impactos contábeis da utilização desses pronunciamentos nas demonstrações financeiras da Instituição.

3. Principais práticas contábeis: (a) Apuração do resultado: As receitas e despesas são registradas de acordo com o regime de competência. As operações com taxas prefixadas são registradas pelo valor de resgate, e as receitas e despesas correspondentes ao período futuro são apresentadas em conta redutora dos respectivos ativos e passivos. As receitas e despesas de natureza financeira são contabilizadas pelo critério *pro rata* dia e calculadas pelo método exponencial. **(b) Caixa e equivalentes de caixa:** Caixa e equivalentes de caixa são representados por disponibilidades em moeda nacional e em moeda estrangeira (considerados na rubrica Disponibilidades e Aplicações Interfinanceiras de Liquidez com prazo original igual ou inferior a 90 dias). **(c) Aplicações interfinanceiras de liquidez:** As aplicações interfinanceiras de liquidez são registradas pelo valor de aplicação, acrescido dos rendimentos auferidos até a data do balanço, deduzidos de provisão para desvalorização, quando aplicável. **(d) Títulos e valores mobiliários:** De acordo com a Circular nº 3.068 de 8 de novembro de 2001 e regulamentação complementar de 30 de junho de 2002, os títulos e valores mobiliários são classificados de acordo com a intenção da administração. No caso do Banco, é classificado na categoria Títulos Mantidos até o Vencimento: adquiridos com a intenção e capacidade financeira para sua manutenção em carteira até o vencimento, são avaliados pelos custos de aquisição, acrescidos dos rendimentos auferidos em contrapartida do resultado do período. **(e) Instrumentos financeiros derivativos:** De acordo com a Circular nº 3.082 de 30 de janeiro de 2002 e regulamentações posteriores, em 30 de junho de 2002, os instrumentos financeiros derivativos são classificados na data de sua aquisição de acordo com a intenção da administração para fins ou não de proteção (*hedge*), com vigência a partir de 1º de janeiro de 2002. Os instrumentos financeiros derivativos que não atendam aos critérios de proteção, principalmente derivativos utilizados para administrar a exposição global de risco, são contabilizadas pelo valor de mercado, com os ganhos e as perdas realizados e não realizados, reconhecidos diretamente na demonstração do resultado do período. Os instrumentos financeiros derivativos que atendam aos critérios de proteção, classificados como "*hedge* de risco de mercado", bem como os objetos de proteção (ativo ou passivo) são contabilizados pelo valor de mercado, com os ganhos e as perdas realizados e não realizados, reconhecidos diretamente na demonstração de resultado, exceto se o objetivo da proteção for título e valor mobiliário classificado na categoria de título mantido até o vencimento que, nesse caso, tanto o título como o instrumento financeiro derivativo serão contabilizados pelas condições intrínsecas contratadas, não sendo avaliados pelo valor de mercado. O Banco deteve durante o exercício de 2017 e 2016 instrumentos financeiros derivativos classificados como hedge de risco de mercado. **(f) Operações de crédito e provisão para créditos de liquidação duvidosa:** As operações de crédito são classificadas nos respectivos níveis de risco, observando: (i) os parâmetros ou hedge accounting estabelecidos pela Resolução nº 2.682, de 21/12/1999 do CMN, alterada pelo artigo 2º da Resolução nº 2.697 de 24/02/2000, que requer a sua classificação em nove níveis, sendo "AA" (risco mínimo) e "H" (risco máximo) e (ii) a avaliação da Administração quanto ao nível de risco. Essa avaliação, realizada periodicamente, considera a conjuntura econômica, a experiência passada e os riscos específicos e globais em relação às operações, aos devedores e garantidores. Adicionalmente, também são considerados os períodos de atraso definidos na Resolução nº 2.682 do CMN, para atribuição dos níveis de classificação dos clientes da seguinte forma:

Período de atraso	Classificação do cliente
De 1 a 14 dias	A
De 15 a 30 dias	B
De 31 a 60 dias	C
De 61 a 90 dias	D
De 91 a 120 dias	E
De 121 a 150 dias	F
De 151 a 180 dias	G
Superior a 180 dias	H

A atualização (*accrual*) das operações de crédito vencidas até o 59º dia é contabilizada em receitas de operações de crédito e, a partir do 60º dia, em rendas a apropriar, sendo que o reconhecimento no resultado ocorre quando do efetivo recebimento das prestações. A provisão para créditos de liquidação duvidosa é apurada em valor suficiente para cobrir prováveis perdas e leva em conta as normas e instruções do BACEN, associadas às avaliações procedidas pela Administração, na determinação dos riscos de crédito. Considerando-se exclusivamente a inadimplência, as baixas de operações de crédito (*write-offs*), devem ser efetuadas após 360 dias do vencimento do crédito ou após 540 dias, para operações com prazo a decorrer superior a 36 meses. **(g) Imposto de renda e contribuição social:** A provisão para imposto de renda é constituída à alíquota-base de 15% do lucro tributável, acrescida de adicional de 10%. A contribuição social sobre o lucro foi calculada até agosto de 2015, considerando a alíquota de 15%. Para o período compreendido entre setembro de 2015 e dezembro de 2018, a alíquota foi alterada para 20%, conforme Lei nº 13.169/15, retornando à alíquota de 15% a partir de janeiro de 2019. **(h) Outros ativos circulantes e realizável a longo prazo:** Os demais ativos são demonstrados pelos valores de custo, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias em base *pro rata* dia e cambiais auferidos e ajustado ao valor de mercado ou realização, quando aplicável. **(i) Ativo permanente:** Os investimentos são avaliados pelo custo de aquisição, deduzidos de provisão para perda, quando aplicável. O ativo imobilizado é demonstrado ao custo, combinado com os seguintes aspectos: depreciação do imobilizado, pelo método linear, com base em taxas anuais que contemplam a vida útil-econômica dos bens, sendo o imobilizado de uso - edificações - 4%, equipamentos de processamento de dados - 20% e demais bens - 10%. **(j) Redução do valor recuperável de ativos não financeiros (impairment):** É reconhecida uma perda por impairment se o valor de contabilização de um ativo ou de sua unidade geradora de caixa excede seu valor recuperável. Uma unidade geradora de caixa é o menor grupo identificável de ativos que gera fluxos substancialmente independentes de outros ativos e grupos. Nenhuma perda por impairment foi reconhecida no resultado do exercício de 2017 e 2016. **(l) Ativos e passivos contingentes:** São avaliados, reconhecidos e divulgados de acordo com as determinações estabelecidas na Resolução nº 3.823, de 16/12/2009, do CMN e Carta Circular nº 3.429, de 11/02/2010 do BACEN. • Ativos contingentes: Não são reconhecidos contabilmente, exceto quando a Administração possui total controle da situação ou quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis, sobre as quais não cabem mais recursos, caracterizando o ganho como praticamente certo. Os ativos contingentes com probabilidade de êxito provável, quando aplicável, são apenas divulgados nas notas explicativas. • Passivos contingentes: São constituídos levando em conta a opinião dos assessores jurídicos; a natureza das ações; similaridade com processos anteriores; complexidade; e no posicionamento de Tribunais, sempre que a perda for avaliada como provável, o que ocasionaria uma provável saída de recursos para a liquidação das obrigações e quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança. Os passivos contingentes classificados como de perdas possíveis não são reconhecidos contabilmente, devendo ser apenas divulgados nas notas explicativas, e os classificados como remotos não requerem provisão e divulgação. **(k) Outros passivos:** Demonstrados por valores conhecidos ou calculáveis, incluindo, quando aplicável, os encargos apurados em base ***pro rata*** dia e as variações monetárias ou cambiais incorridos.

4. Aplicações interfinanceiras de liquidez

	2017	2016
(a) Aplicações em operações compromissadas	35.307	29.805
Aplicações em moedas estrangeiras	-	13.147
	35.307	42.952

(b) Receitas de aplicações interfinanceiras de liquidez: Classificadas na demonstração do resultado como resultado de operações com títulos e valores mobiliários.

	2º semestre/2017	2017	2016
Rendas de aplicações em operações compromissadas	1.790	3.781	5.610
Rendas de aplicações no exterior	12	98	116
	1.802	3.879	5.726

5. Títulos e valores mobiliários
(a) Classificação por categorias e prazos

Títulos - 2017	Sem vencimento	Até 3 meses	3 a 12 meses	1 a 3 anos	Valor contábil	Valor de custo atualizado	Valor de mercado [1]
Mantidos até o vencimento							
Certificado de privatização	-	-	-	-	-	54	-
Letras Financeiras do Tesouro	-	54.232	12.823	-	67.055	67.055	67.053
	-	54.232	12.823	-	67.055	67.109	67.053

Títulos - 2016	Sem vencimento	Até 3 meses	3 a 12 meses	1 a 3 anos	Valor contábil	Valor de custo atualizado	Valor de mercado [1]
Mantidos até o vencimento							
Certificado de privatização	-	-	-	-	-	54	-
Letras Financeiras do Tesouro	-	1.571	-	59.227	60.798	60.798	60.793
	-	1.571	-	59.227	60.798	60.852	60.793

(1) O valor de mercado dos títulos e valores mobiliários é apurado de acordo com a cotação de preço de mercado disponível na ANBIMA na data de 31 de dezembro de 2017 e de 2016. Conforme nota 3 (d) os títulos classificados como mantidos até o vencimento são contabilizados ao valor de custo atualizado, custodiado na (SELIC).

(b) Resultado de títulos e valores mobiliários

	2º semestre/2017	2017	2016
Rendas de operações interfinanceiras de liquidez (Nota 4(b))	1.802	3.879	5.724
Rendas de títulos de renda fixa	2.627	6.043	10.418
	4.429	9.922	16.142

6. Instrumentos financeiros derivativos: O Banco participa de operações envolvendo instrumentos financeiros derivativos, registrados em contas patrimoniais ou de compensação, que se destinam a atender às necessidades próprias ou de seus clientes, a fim de reduzir sua exposição a riscos de mercado, de moeda e de taxa de juros. A política de atuação, os controles de monitoramento e as estratégias de operações seguem as diretrizes da Administração do Banco.

(a) Valor dos instrumentos registrados em contas de compensação

	2017	2016
Contratos de futuros		
Dólar	16.540	14.709

(b) Composição dos instrumentos financeiros derivativos ativos

	2017	2016
Outros créditos - Negociação e intermediação de valores	-	64

(c) Margem de garantia: O quadro a seguir resume os valores depositados na BM&FBOVESPA e CLEARING CÂMBIO em garantia de operações com instrumentos financeiros derivativos em 31 de dezembro de 2017 e de 2016:

	2017			2016		
Descrição	Quantidade	Valor de custo atualizado	Valor de mercado	Quantidade	Valor de custo atualizado	Valor de mercado
BM&FBOVESPA (LFT)	1.900	17.641	17.641	450	3.800	3.800
CLEARING Câmbio (LFT)	1.330	12.349	12.349	1.330	11.230	11.230
Total	3.230	29.990	29.990	1.780	15.030	15.030

(d) Resultado com instrumentos financeiros derivativos

	2º semestre/2017	2017	2016
Resultado com instrumentos financeiros derivativos - futuros	50	(54)	(18.909)

7. Operações de crédito
(a) Composição total da carteira

	2017	2016
Adiantamentos sobre contratos de câmbio (i)	37.977	88.286
Empréstimos e títulos descontados	3.809	6.765
Total das operações de crédito	41.786	95.051
Outros créditos (ii)	2.309	2.468
Total	44.095	97.519

(i) Os adiantamentos sobre contratos de câmbio estão classificados no balanço patrimonial como redução de "Outras obrigações - Carteira de câmbio" (Nota 11(a)).
(ii) Outros créditos compreendem rendas a receber sobre contratos de câmbio (Nota 8(a)).

(b) Composição das operações de crédito por nível de risco: A composição da carteira de operações de créditos e outros créditos, por faixa de vencimento das operações:

	2017
Parcelas a vencer	
De 01 a 15 dias	-
De 16 a 30 dias	10.670
De 31 a 60 dias	-
De 61 a 90 dias	4.048
De 91 a 120 dias	11.597
De 121 a 150 dias	-
De 151 a 180 dias	-
De 181 a 360 dias	17.780
	44.095
Parcelas vencidas	
De 01 a 15 dias	-
De 15 a 30 dias	-
De 31 a 60 dias	-
De 61 a 90 dias	-
Total	44.095

Nível de risco	Percentual de Provisão	Total da Carteira	PCLD
AA		10.244	-
A	0,5%	5.965	30
C	3,0%	17.780	533
H	100,0%	10.106	10.106
		44.095	10.669

Parcelas a vencer	2016
De 01 a 15 dias	-
De 16 a 30 dias	30.648
De 31 a 60 dias	8.771
De 61 a 90 dias	6.063
De 91 a 120 dias	-
De 121 a 150 dias	-
De 151 a 180 dias	5.768
De 181 a 360 dias	42.928
	94.178
Parcelas vencidas	
De 01 a 15 dias	1.240
De 16 a 30 dias	597
De 31 a 60 dias	752
De 61 a 90 dias	752
Total	97.519

Nível de risco	Percentual de Provisão	Total das Operações/2016	PCLD
AA		61.963	-
A	0,5%	4.629	23
C	3,0%	18.972	569
F	10,0%	2.256	226
H	100,0%	9.699	9.699
		97.519	10.517

(c) Distribuição das operações de crédito por setor de atividade econômica

Atividade econômica	2017	2016
Indústria	38.130	72.184
Comércio	3.647	21.526
Outros serviços	2.318	3.809
	44.095	97.519

(d) Provisão para créditos de liquidação duvidosa: A provisão de créditos de liquidação duvidosa apresentou as seguintes movimentações durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016:

	2017	2016
Saldo inicial	10.517	3.341
Constituição	152	10.547
Reversão	-	(17)
Crédito baixado para prejuízo	-	(3.354)
Saldo final	10.669	10.517

(e) Recuperação de crédito: No 2º semestre de 2017 houve a recuperação de crédito no montante de R$ 305.

8. Outros créditos
(a) Carteira de câmbio

	2017	2016
Câmbio comprado a liquidar - exportação	41.512	83.157
Direitos sobre vendas de câmbio	32.338	18.961
(-) Adiantamento de moeda estrangeira	(32.338)	(18.961)
Cambiais e documentos a prazo	-	-
Rendas sobre adiantamentos concedidos (Nota 7(a))	2.309	2.468
	43.821	85.625

(b) Diversos

	2017	2016
Adiantamentos e antecipações salariais	-	13
Devedores por depósitos em garantia	-	47
Impostos e contribuições	590	137
Outros	142	120
	732	317

9. Obrigações por empréstimos e repasses
(a) Empréstimos no exterior

	2017	2016
No exterior - exportação	-	66.245
	-	66.245

(b) Despesas com operações de empréstimos

	2º semestre/2017	2017	2016
No exterior	743	2.564	3.704

10. Ativos e passivos contingentes: (a) Ativos contingentes: Os ativos contingentes não são reconhecidos, exceto quando da existência de evidências irrefutáveis que assegurem elevado grau de confiabilidade de realização, usualmente representado pelo trânsito em julgado da ação e pela confirmação capacidade de sua recuperação por recebimento ou compensação com outra obrigação. **(b) Passivos contingentes classificados como perdas prováveis:** A administração entende que a provisão constituída para o processo trabalhista, um único processo, é suficiente para atender perdas decorrentes do respectivo processo.

	2017	2016
Movimentação das contingências cíveis		
Saldo inicial	121	-
Constituição da provisão	178	121
Saldo final	299	121

Não existem ações de natureza fiscal.

(c) Passivos contingentes classificados como perdas possíveis: Não são provisionados os valores envolvidos em ações tributárias com probabilidade de perda possível, cujo o risco total estimado é de R$ 691 em 2017 e 2016.

11. Outras obrigações
(a) Carteira de câmbio

	2017	2016
Obrigações por compra de câmbio	41.285	88.286
Câmbio vendido a liquidar	33.074	18.248
Valores em moeda estrangeira a pagar	-	14
(-) Adiantamentos sobre contratos de câmbio (Nota 7(a))	(37.977)	(88.286)
	36.382	18.262

(b) Fiscais e previdenciárias

	2017	2016
Impostos e contribuições a recolher	789	130
Cobrança e arrecadações de tributos e assemelhados	-	29
	789	159

(c) Provisão para pagamentos a efetuar

	2017	2016
Negociação e intermediação de valores	10	118
Impostos e contribuições a recolher	524	542
	534	660

12. Patrimônio líquido: (a) Capital social: O capital social corresponde ao investimento da matriz estrangeira, inteiramente integralizado em moeda corrente nacional, acrescido das reservas capitalizadas **(b) Reserva de lucros:** O saldo de outras reservas de lucros em 31 de dezembro de 2017 é constituído pela reserva legal e pelos resultados remanescentes dos exercícios. A reserva legal é constituída à base de 5% sobre o lucro líquido do exercício, limitada a 20% do capital social. **(c) Outros Assuntos:** Não houve distribuição de dividendos no ano 2017.

13. Despesas de pessoal

	2º semestre/2017	2017	2016
Proventos	1.142	2.207	2.301
Benefícios	600	1.290	1.205
Encargos sociais	385	741	898
Treinamentos	12	15	4
	2.139	4.253	4.408

14. Outras despesas administrativas

	2º semestre/2017	2017	2016
Serviços técnicos especializados	216	287	254
Processamento de dados	533	1.051	996
Despesas de comunicação	246	512	492
Honorários da diretoria (Nota 16(a))	236	437	351
Despesa do sistema financeiro	78	132	197
Despesas com serviços de terceiros	53	110	152
Despesas com manutenção e conservação de bens	69	150	154
Despesa de condomínio	72	143	131
Despesa com contribuição a entidade de classe	44	95	121
Despesas com segurança e vigilância	70	140	126
Depreciação e amortização	17	39	73
Despesas de transporte	21	44	53
Outras despesas administrativas	50	158	148
	1.705	3.298	3.248

15. Outras receitas e despesas operacionais

	2º semestre/2017	2017	2016
Atualização de depósito judicial	-	1	4
Outras	306	317	9
Constituição de processo trabalhista	(178)	(178)	(121))
	128	140	(108)

16. Partes relacionadas: (a) Remuneração do pessoal-chave da administração: O pessoal-chave da administração inclui um diretor. A remuneração paga está demonstrada a seguir:

	2º semestre/2017	2017	2016
Honorários da diretoria	236	437	351

(b) Transações e saldos: Em 31 de dezembro de 2017 e de 2016, os saldos resultante de operações com outras sucursais no exterior, efetuadas em condições normais de mercado, eram:

2017	Ativo	Passivo	Resultado
Obrigações por empréstimos e repasses	-	-	(188)

2016	Ativo	Passivo	Resultado
Obrigações por empréstimos e repasses	-	21.180	(830)

17. Imposto de renda e contribuição social:
a) Composição das despesas com impostos e contribuições: Demonstramos a seguir o Imposto de Renda e Contribuição Social devidos sobre as operações do período e sobre as diferenças temporárias decorrentes de adições e exclusões:

	IRPJ 2017	CSLL 2017	IRPJ 2016	CSLL 2016
Resultado antes dos impostos sobre o Lucro	1.528	1.528	(11.950)	(11.950)
Alíquota Nominal (25% IRPJ e 20% CSLL)	-	-	2.988	2.390
Despesas Indedutíveis/Receitas não tributáveis	25	25	(2.988)	(2.390)
Total de imposto de renda e contribuição social	349	306	-	-

(*) A empresa apurou prejuízo fiscal em dezembro de 2016.

O Banco possui saldo de prejuízo fiscal, base negativa de contribuição social e diferenças temporárias ativas, não reconhecidos contabilmente, em decorrência do não cumprimento dos requisitos estabelecidos na Resolução 3.059 do BACEN. Os respectivos valores, considerando alíquota de 40% (25%-IR e 15%-CS), em 31 de dezembro, são compostos da seguinte forma:

	2017	2016
Imposto de renda / Prejuízo Fiscal e Contribuição social/Base Negativa	3.694	3.957
Diferenças temporárias	7.580	7.568

18 Outros Assuntos: Avais e fianças recebidos no montante de R$ 25.220 em 2017 (R$ 23.551 em 2016).

19. Gestão de risco: Objetivo: O Comitê de Gerenciamento de Riscos tem como objetivo manter controles estruturados em consonância com o perfil operacional do Banco, periodicamente avaliado, de forma que evidencie riscos de liquidez, operacional, de crédito e de capital resultantes das atividades que são desenvolvidas. **Risco de crédito:** Risco de crédito é definido como sendo a probabilidade de perdas associadas à incapacidade do tomador de honrar as suas obrigações nos prazos e condições contratuais, à redução de ganhos e remunerações, a custos de recuperação e à desvalorização do contrato de crédito. A principal diretriz para a política de concessão de crédito é a segurança. Todas as solicitações apresentadas têm seus riscos avaliados de acordo com procedimentos internos estabelecidos. As avaliações têm como foco a capacidade de geração de caixa e os fatores de risco associados à transação. Essa avaliação envolve uma análise técnica da capacidade do cliente em honrar os seus compromissos, das garantias apresentadas e inclui visitas às companhias. As conclusões dessas análises são apresentadas ao comitê de crédito pertinente, sediado na Casa Matriz, em um processo que pode envolver todos os níveis executivos, dependendo do grau de complexidade das decisões e do valor das operações. **Risco operacional:** O Banco de la Provincia de Buenos Aires define o risco operacional como a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes da falha, deficiência ou inadequação de processos internos, pessoas e sistemas, ou de eventos externos. A definição enunciada inclui o risco legal associado à inadequação ou deficiência dos contratos firmados pela sucursal, assim como as sanções em razão do não cumprimento dos dispositivos legais e indenizações por danos a terceiros resultantes das atividades desenvolvidas. Entre os eventos de risco operacional se incluem: (i) fraude interno; (ii) fraude